



RELISE

**O EMPREENDEDORISMO SOCIAL COMO PERSPECTIVA HISTÓRICA
CONTEXTUAL NO BRASIL: UMA ABORDAGEM EVOLUTIVA DO
CONCEITO A PARTIR DO NEOLIBERALISMO¹²**

*SOCIAL ENTREPRENEURSHIP AS A CONTEXTUAL HISTORICAL
PERSPECTIVE IN BRAZIL: AN EVOLUTIONARY APPROACH TO THE
CONCEPT FROM NEOLIBERALISM*

Adele Carneiro³

RESUMO

O presente artigo em construção tem como objetivo apresentar, a partir de uma análise histórica sobre a prática gerencial no Brasil, como o conceito de Empreendedorismo Social surge como proposta crítica ao contexto social do neoliberalismo, mas que ainda apresenta dificuldades e limitações como campo de ação. Em condições de subdesenvolvimento, o empreendedorismo social se mostra necessário para ampliação de oportunidades econômico-sociais, porém apresenta limitações quanto aos propósitos genuinamente descritos, sendo confundido muitas vezes com ações solidárias. O artigo, por fim, tem como pretensão apresentar os contextos nos quais o empreendedorismo social se apresenta paradoxalmente à proposta de desenvolvimento e em que condições pode ser para a prática de conhecimentos de gestão e sobre o gerencialismo, bem como indicar os estudos futuros para aperfeiçoamento da perspectiva crítica do conceito aplicado à realidade do subdesenvolvimento.

Palavras-chave: empreendedorismo social, neoliberalismo, subdesenvolvimento.

¹ Recebido em 31/10/2021. Aprovado em 16/02/2022.

² O trabalho envolvendo a discussão sobre o contexto histórico do neoliberalismo como estrutura para a gestão do desenvolvimento de Terceiro Mundo inserido no presente artigo em construção foi inicialmente desenvolvido como capítulos introdutórios da tese da autora, porém inéditos para publicação científica.

³ Escola de Administração de Empresas de São Paulo/Fundação Getúlio Vargas. carneiro.at@gmail.com



RELISE

94

ABSTRACT

This article under construction aims to present, from a historical analysis on managerial practice in Brazil, how the concept of Social Entrepreneurship emerges as a critical proposal to the social context of neoliberalism, but which still presents difficulties and limitations as a field of action. Under conditions of underdevelopment, social entrepreneurship is shown to be necessary to expand economic and social opportunities, but it has limitations as to the genuinely described purposes, being often confused with solidary actions. The article, finally, intends to present the contexts in which social entrepreneurship paradoxically presents itself to the development proposal and under what conditions it can be for the practice of knowledge of management and managerialism, as well as indicating future studies for improvement from the critical perspective of the concept applied to the reality of underdevelopment.

Keywords: social entrepreneurship, neoliberalism, underdevelopment.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que, embora a prática empreendedora tenha ganhado relevância econômica e social a partir do contexto do século XXI, sua prática é histórica e remonta ao crescimento da atividade burguesa desde o século XVI (Verga e Silva, 2014). Isso porque mesmo o seu conceito sendo remetido com frequência à prática gerencial, o empreendedorismo, sobretudo o conceito de empreendedorismo social, pode ser estudado e compreendido a partir da emergência dos contextos sociais e históricos (Newth e Woods, 2014).

De fato, os acontecimentos relacionados à influência da tecnologia e da globalização nos meios sociais são o contexto das discussões sobre empreendedorismo mais recente dadas as condições de acirramento e competitividade (Oliveira, 2016), elevando as condições propícias de oportunidades para o chamado “espírito empreendedor”; isto é, a prática do empreendedorismo para além do aspecto econômico, mas também as motivações pessoais e subjetivas que estão frequentemente associadas ao empreendimento. Segundo pesquisa corporativa de 2019, realizada com



RELISE

95

participantes de 24 países e dentre eles mil brasileiros⁴, 77% dos participantes afirmaram “sonhar” com empreender. Inclusive, as principais motivações destas pessoas para empreender estaria “a vontade de ser um próprio chefe”, “aumentar a satisfação profissional” e ainda “seguir uma paixão”. Assim como identificado por Carmo et. al (2021), a jornada empreendedora revela nas entrelinhas frustrações dada a relação conflituosa entre capital e trabalho típica do capitalismo. Além disso, percebe-se que a motivação para seguir no empreendedorismo está, na grande maioria das situações, associada a um desapontamento com a realidade profissional. Desta forma, mais do que uma intenção de potencializar o aumento de ganhos financeiros, a carreira empreendedora está associada sempre a uma ideia subjetiva de “sonho”, “propósito” e “vocação” para ser o “próprio chefe”.

A partir de uma perspectiva histórica, o presente artigo tem como objetivo apresentar uma reflexão do conceito de empreendedorismo como um produto das condições liberais e neoliberais, bem como o conceito alternativo de empreendedorismo social como uma proposta, ao mesmo tempo, paradoxal e contemporânea às necessidades do capitalismo globalizado. Sobretudo relacionado às condições de subdesenvolvimento, o empreendedorismo social se mostra uma proposta coerente para ampliação de oportunidades econômico-sociais, porém apresenta limitações quanto aos propósitos genuinamente descritos, sendo confundido muitas vezes com ações solidárias.

Para prosseguir com esta proposta, o artigo está organizado a partir da seguinte estrutura: Primeiramente, será detalhado como a abordagem histórica pode ser um olhar potencializador para analisar práticas de gestão, incluindo o empreendedorismo; Este conceito que, inclusive, é apresentado no item

⁴ O Globo (2019). Pesquisa mostra que 77% dos brasileiros sonham em empreender. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/emprego/pesquisa-mostra-que-77-dos-brasileiros-sonham-em-empreender-23802466>. Acesso em 18 de outubro de 2021.



RELISE

96

posterior. Em seguida, será apresentado o contexto neoliberal e as principais características econômicas, políticas e sociais e como estas condições podem explicar a ascensão e o fortalecimento das intenções empreendedoras. Assim, tendo as definições conceituais e contextuais apresentadas, pretende-se apresentar a reflexão a qual o presente trabalho se objetiva, a partir de uma perspectiva evolutiva da questão. Por fim, as considerações finais sobre a reflexão proposta são apresentadas, incluindo a exposição sobre as condições de um trabalho ainda em construção e a agenda de pesquisa proposta para a conclusão da proposta do presente artigo, bem como para futuros trabalhos na área.

ABORDAGEM HISTÓRICA CONTEXTUAL PARA ANÁLISE DE CONCEITOS EM GESTÃO

Apesar da necessidade de desenvolver teorias que expliquem as práticas de gestão e os fenômenos organizacionais de uma forma mais complexa e profunda, pesquisas desenvolvidas na área ainda apresentaram, majoritariamente, métodos tradicionais de orientação positivista, conforme pesquisa de caráter bibliográfico realizada por Vergara e Peci (2003) em revistas de grande reputação. Desde o início dos anos de 2010, inúmeras contribuições foram propostas para a análise histórica em administração e gestão com estudos recentes sobre a pesquisa histórica (Clark e Rowlinson, 2004; Udiskem e Kieser, 2004; Jacques, 2006; Rowlinson, 2013; Kipping e Üsdiken, 2014).

Desde a década de 1990 (Kieser, 1994), salienta-se a importância da análise histórica em teorias organizacionais, sobretudo, para a compreensão do desenvolvimento de estruturas e condutas como reflexo do passado. Partindo das contribuições propostas por estes trabalhos que consolidaram a área histórica como um veículo metodológico possível de compreensão e investigação de práticas organizacionais e de gestão, o presente trabalho, em



RELISE

complementariedade, visa introduzir argumentos sobre a pesquisa histórica em organizações a partir da perspectiva contextual de análise, para então evidenciar qual a implicação desse cenário no caráter processual (Astley, 1989) das ações sociais reverberadas pelas práticas identificadas.

Sob essa óptica, pretende-se contribuir para o campo de estudos históricos em gestão para reforçar a contribuição de abordagens da Nova História empregadas em Estudos Organizacionais (Usdikem e Kieser, 2004) para o desenvolvimento da análise contextual para pesquisas dessa natureza. A partir desse esforço, com cada vez maior número de produções (Costa, Barros e Martins; 2010), foi possível tornar a pesquisa histórica com mais propriedade e levá-la como um caminho viável para a pesquisa qualitativa de organizações e seus objetivos.

Tendo a consideração do contexto histórico e social do conceito e da prática empreendedora, e partindo do pressuposto de elementos não estáticos ao longo do tempo, o presente artigo visa ao entendimento de um fenômeno, considerando o contexto no qual ele ocorre. Com isso, embora possa haver deduções hipotéticas, procura-se compreender os fatos de maneira detalhada, tanto em análise do contexto histórico como dos fatos coletados a partir dos dados de fontes. Para tanto, com o objetivo de tornar essa perspectiva mais esclarecida, será denominada a perspectiva de uso dos conceitos históricos de experiência e expectativa, conforme inspiração justificada, como “análise contextual”.

Ao trabalhar com os conceitos de empreendedorismo, a proposta de análise contextual dialoga com os preceitos de prática no sentido de uma história não linear e descontínua que se constrói a partir dos personagens envolvidos e de diferentes maneiras a partir dos pontos de vista da historiografia. Nesse pressuposto, a realidade social é produto da negociação e compartilhamento de significados entre as pessoas, ou seja, é produto de uma construção social. A



RELISE

98

contar da interação entre sujeitos e objetos da pesquisa, portanto, o conhecimento é gerado e as práticas históricas são formadas em um determinado contexto social (Hatch e Yanow, 2003). Além disso, os construtos que são utilizados para se obter uma perspectiva dos fatos coletados é a noção do contexto dos fatos históricos ocorridos em congruência com os dados identificados em fontes históricas.

Ao propor a análise contextual por meio da perspectiva histórica, o estudo sobre o empreendedorismo visa relacionar o contexto de competição típica da globalização com as normas institucionais, rotinas e convenções que desafiam e restringem os processos de inovação (Newth e Woods, 2014). Este contexto de contemporaneidade baseado no acirramento da competitividade e aceleração das predisposições tecnológicas mostra-se importante para a discussão sobre o conceito de empreendedorismo, já que, conforme proposto por Oliveira (2016), este é um contexto propício para o background no processo de constituição do sujeito, incluindo sua identificação e suas ações voltadas aos seus interesses de empreendimento. Ainda segundo o autor:

A globalização, fenômeno fortemente presente e influenciador do cotidiano e da dinâmica do empreendedorismo, foi e continua sendo um dos fatores mais importantes interligados aos níveis de desigualdade social e econômica no planeta. Esta pode ser compreendida por conter fatores que estimulam ou acirram essa diferença social e econômica entre lugares e pessoas, assim como tendo outras características que, ao contrário, ajudam a equilibrar esses níveis sociais das condições humanas” (Oliveira, 2016, p. 293).

Sob esse contexto, entende-se o contexto neoliberal a partir da consolidação da doutrina político-econômica neoliberal do final da década de 30, representando uma tentativa de adaptar os princípios do liberalismo econômico às condições do capitalismo moderno. Para Sandroni (2002), apesar da concordância de uma concepção individualista de sociedade e cujo equilíbrio estaria no mecanismo dos preços, o neoliberalismo tem como particularidade a ideia de disciplina de mercado como modo de sobrevivência. A partir da



RELISE

99

ascensão do empreendedorismo como proposta de função social e de identificação do sujeito (Reis, 1999), revela-se uma proposta contextual dúbia para a atividade: o contexto da competitividade e da globalização é, ao mesmo tempo, dinamizadora do desenvolvimento, quanto responsável por desigualdades e conflitos econômicos, políticas e sociais (Oliveira, 2016).

O CONCEITO DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL: PERSPECTIVA CRÍTICA E CASOS

Os estudos sobre empreendedorismo designam que o conceito sempre evoluiu de acordo com o contexto contemporâneo de acordo com cada época, o que proporcionou uma conjuntura quanto a sua evolução (Verga e Silva, 2014). Conforme o pressuposto adotado por Carmo et. al (2021), isto é, que os discursos do empreendedorismo, incluindo sua ação social, são depositários de uma ideologia neoliberal, é possível analisar por meio do desenvolvimento histórico do conceito e do seu campo de estudo.

Desde a concepção da ascensão burguesa a partir do século XVII, o empreendedorismo esteve associado às atividades direcionadas ao lucro e decisões empresariais tomadas em face das incertezas (Verga e Silva, 2014). A evolução do conceito, conforme descrevem Carmo et. al. (2021), revela uma transformação social, uma vez que desde a associação do empreendedorismo com o controle corporativo a sociedade passou a ganhar cada vez mais contornos da produção capitalista industrial. Assim, embora ao longo da história seja possível apreender o conceito de empreendedorismo de forma construtiva, isto é, com novos significados e funções (Carmo et. al., 2021), o ato de empreender tem sua genealogia associada ao empreendimento com os moldes e interesses do capital.

Partindo de uma concepção histórica de análise do desenvolvimento do conceito de empreendedorismo, mostra-se necessário incluir a abordagem



RELISE

100

schumpeteriana, citada com frequência nos trabalhos conceituais na área (como Lounsbury, 1998). Sobretudo porque a análise de Schumpeter reflete o desenvolvimento do conceito de empreendedor sob uma perspectiva filosófica e demonstra sua importância para o desenvolvimento das sociedades pautado no crescimento econômico (Uchoa de Oliveira, 2020). Após o contexto de falha da economia keynesiana, o desenvolvimento econômico explicado por Schumpeter envolve a mudança significativa de estruturas sociais, e não apenas o crescimento da economia em si (Lounsbury, 1998; Defourny e Nyssens, 2010). Desta forma:

O empreendedorismo, nesse sentido, é definido como o ato de inovar, diferentemente do ato de inventar. (...) A inovação é tornar relevante economicamente o que foi inventado (Uchoa de Oliveira, 2020, p. 177).

Conseqüentemente, a abordagem schumpeteriana envolve necessariamente a questão da inovação e da mudança estrutural como parte do ato empreendedor. Desta forma, a abordagem do empreendedorismo social envolve a atividade inovadora com um objetivo social no setor com fins lucrativos, como em empreendimentos comerciais de propósito social (Austin, Stevenson & Wei-Skillern, 2016).

De fato, a inovação é o elemento presente na atividade que caracteriza a ação empreendedora, que obrigatoriamente apresenta a criação de uma nova prática gerencial aplicada a um contexto organizacional. Do ponto de vista exclusivo do empreendedorismo social, o conceito envolve a criação de um valor social preponderante ao retorno de investimento e lucro aos acionistas (Wennekers, Uhlaner e Thurik, 2002). A prática empreendedora social, inclusive, aborda com frequência a experiência empresarial e a geração de valor aplicados às organizações sem fins lucrativos (Reis, 1999).

Pela análise contextual social e histórica do desenvolvimento do empreendedorismo social, pode-se perceber, a partir da perspectiva adotada por Newth e Woods (2014), que oportunidades de empreendedorismo social são



RELISE

101

resultados construídos da relação entre as motivações empreendedoras e os contextos organizacionais, sociais, institucionais e de mercado nos quais o empreendedor está inserido. Por consequência, o autor explica que, inevitavelmente, as forças contextuais resistem e refinam as inovações sociais de tal forma que se tornam produtos do mundo financeiro, social, cultural, e expectativas políticas de stakeholders de empreendimentos sociais.

Outro argumento que suporta a indissociabilidade do empreendedorismo social do impacto econômico e de geração de valor de mercado organizacional é o fato destes empreendedores sociais serem marcados por uma busca incessante por novas oportunidades pelo impulso contínuo em inovar. Este comportamento traduz a natureza crítica de assumir e suportar riscos econômicos, o que assume o caráter do empreendedorismo social, assim como do genuíno conceito de empreendedorismo, uma ação de mudança para criação de novas estruturas socioeconômicas.

Para Austin, Stevenson e Wei-Skillern (2016), os conceitos de empreendedorismo e empreendedorismo social se diferenciam não pelo nível contextual, mas pela prática. Isso porque na questão prática a dimensão de oportunidade da estrutura é talvez a mais distinta devido às diferenças fundamentais nas missões e respostas às falhas do mercado. Entretanto, conforme os próprios autores apresentam em seu trabalho, apesar de diferenças de propósito entre os conceitos, os empreendedores sociais possuem a intenção de crescimento e expansão típicos do contexto neoliberal, ritmada pela própria teoria de mudança e abordagem organizacional para alcançar maior impacto social.



RELISE

102

LIMITES E CONTRADIÇÕES DO EMPREENDEDORISMO SOCIAL NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Tendo como ponto de partida a disciplinarização do mercado a partir dos princípios de individualidade e concorrência, entende-se o contexto neoliberal relacionado a um produto da maturação disciplinar das ciências sociais e das técnicas econômicas como técnicas administrativas (Mirowski, 1991) e, portanto, associado à regulação, à reforma de Estado e à governabilidade (Foucault, 2008), conceitos típicos da discussão sobre o contexto neoliberal.

O neoliberalismo, de maneira simplificada, pode ser compreendido por dois vieses: um mais voltado à percepção comum devido às suas transformações político-sociais e outro relacionado a uma doutrina histórica (Sandroni, 2002). Usualmente, o termo é ligado à percepção de governo sob uma atuação mínima do Estado, com pouco intervencionismo por parte estatal e com a defesa de meios de privatização e ascensão competitiva entre pares. Por consequência, nesse aspecto, há uma maior tendência pela execução do livre mercado com uma integração intensa entre o mercado mundial, bem como de políticas econômicas norteadoras a partir de uma concepção hegemônica (Anderson, 2009). A partir dessa ideia (ainda que reducionista), não somente pela presença global, mas, sobretudo, pelos pontos acordados no Consenso de Washington, é inferido um contexto neoliberal à atuação das principais agências multilaterais ocidentais na América Latina no final do Século XX.

Entende-se, conforme apontado por Andrade e Ota (2015), que a discussão em volta do conceito de neoliberalismo exige uma percepção crítica sobre o termo, uma vez que sua definição é complexa e heterogênea. Tendo como base a percepção da governabilidade do termo (Foucault, 2008), o limite do presente trabalho se dará no foco da abordagem histórica do neoliberalismo, tanto pelo período histórico abordado como pela análise da construção



RELISE

mutuamente constitutiva entre crise econômica e neoliberalismo nesse intervalo temporal.

A partir do ideal de concorrência, as sociedades desenvolvem uma lógica de necessidades ou demandas a serem atendidas pelo Estado e a “arte de governar” (Foucault, 2008), denominada por Foucault como governabilidade. O termo é designado para conceituar o conjunto de habilidades e compreensões acerca do processo de conhecimento ou saber sobre a sociedade e suas reivindicações. Isso pode ser traduzido como disputa de poder. Esse poder é uma governamentalidade, ou seja, um processo que se constitui historicamente, somando administração, organização e saberes. Constrói-se um governo a partir do entendimento das questões que envolvem uma população e a utilização de recursos técnicos para suas ações, e o período histórico condizente consolida esses fatos. Na fase genealógica (Candiotto, 2008), Foucault compreende, por meio do argumento da governamentalidade, que o neoliberalismo possui um modo específico de organização que permite o trabalho específico de conceitos de liberdade individual e competição que se associam às ideias permeadas (e hegemônicas) nos países do Norte. Além de produzir efeitos em coletividades, essas características neoliberais atingem os indivíduos ao produzir sujeitos que incorporam os enunciados da gerência como princípios éticos de constituição de si.

Embora o neoliberalismo e suas transformações sejam priorizados para análises econômicas, sobretudo, das crises fiscais encontradas, entende-se que o neoliberalismo, como neologismo, também é compreensível, de acordo com sua definição, a partir de uma óptica social e em virtude do gerenciamento público e privado. Dessa forma, entende-se que é possível limitar a compreensão do neoliberalismo como algo distinto de um posicionamento liberal clássico e da manutenção de ideias de relações individuais e políticas de atuação mínima do Estado. Para Dardot e Laval (2016), apenas a partir da visão para



RELISE

além do modelo comum neoliberal é possível entender as crises e o *modus operandi* que afetam não somente os governos, mas a própria condição humana refletida na forma sob a qual se reconhece a humanidade.

Assim, é possível afirmar que os preceitos neoliberais são identificados nas sociedades não somente pelas transformações históricas globais decorrentes (isto é, tanto condições e materialidade históricas), mas também em virtude das transformações na forma de associação e identificação coletiva provocada em cada indivíduo, seja na forma geral de sociedade, construída em torno da identificação pela concorrência, seja na esfera do pensamento social que corrobora esse tipo de sociedade, mas que também justifica sua necessidade prática. Os modelos de governo entram nessa disputa de poderes voltados a um fim comum de competição e concorrência e transformam as sociedades neles presentes, formando um duplo circuito (Foucault, 2008) que dá origem e consolida o Estado Neoliberal.

A sociedade de modelo empresarial revela, de fato, uma multiplicação da forma ‘empresa’ no interior do corpo social. Trata-se de fazer do mercado e do ambiente empresarial o denominado “poder enformador da sociedade” (Foucault, 2008, p. 203), isto é, o que forma a sociedade como um modelo social nesse contexto é o estabelecimento de três elementos em conjunto: empresa, concorrência e mercado. Nessa perspectiva, o neoliberalismo provoca, em aspectos ideológicos, uma transformação nas condições e efeitos na sociedade que atingem, primeiramente, o espaço econômico para, posteriormente, se estender a outros espaços, permitindo uma nova perspectiva de compreensão e interpretação (Harvey, 2008) e angariando novos modelos de gestão pública, como o governo gerencialista (Paes de Paula, 2005).

De acordo com Carmo et. al. (2021, p. 28), o contexto neoliberal pode ser associado ao fenômeno do empreendedorismo pois o neoliberalismo “obscurece, inverte ou elimina distinções tradicionais entre o público e o privado,



RELISE

entre o político e o pessoal”. Por associar os interesses de mercado e governo, até então antagônicos, a maioria das teorias de empreendedorismo visam abordar como as ações individuais respondem às próprias necessidades sócio-econômicas, em uma oferta de concorrência e com estruturas de oportunidade ameaçadas pelo acirramento. Questiona-se, a partir deste contexto, até que ponto o empreendedorismo atua como oportunidade em meio à escassez, ou à nebulosidade entre a oferta de serviços obrigatórios em um Estado Social.

Esse questionamento se estende em uma análise voltada aos países subdesenvolvidos. O gerencialismo como ação de desenvolvimento (Brinkerhoff e Coston, 1999; Cooke, 2004; Dar e Cooke, 2008) evolui no contexto neoliberal como em resposta às questões emergentes e em espaços de discussão nos quais os órgãos ocidentais como elite internacional se encontra presente. Essa caracterização ideológica se originou da necessidade de se abordarem as consequências negativas do capitalismo nos países metropolitanos e era parte integrante do projeto do imperialismo. Por isso, ideias de desenvolvimento que partem, unicamente, dessa visão, podem confundir “Políticas de desenvolvimento” e “estudos de desenvolvimento” com a intenção de evoluir economicamente a partir do processo de desenvolvimento em sua plenitude. As práticas empreendedoras, incluindo o empreendedorismo social, estão inseridas nestas ações, sobretudo mascaradas como soluções de desenvolvimento.

De acordo com Helmsing (2015), o empreendedorismo social é recentemente discutido como oportunidades de transformação na economia de mercado em situações de subdesenvolvimento, sobretudo na “falha” de oportunidades e serviços. Desta forma, de acordo com as necessidades típicas das economias emergentes, questiona-se até que ponto o processo de empreendimento social está socialmente inserido ou até que ponto outros grupos e partes interessadas estão envolvidos, incluindo o próprio mercado privado. Para Helmsing (2015), o domínio social envolvido no processo do



RELISE

106

empreendedorismo social envolve uma gama ampla de atores, organizações e instituições, todos envolvidos no combate aos problemas de privação social e pobreza, porém com interesses distintos. Esta perspectiva crítica sobre o empreendedorismo, conforme proposto por Cho⁵ (2006 apud Helmsing, 2015, p. 58), deve ser definida exclusivamente em termos do empreendedor, mas não em termos do seu aspecto social.

O EMPREENDEDORISMO SOCIAL EM ATUAÇÃO NO (OU PARA) O SUBDESENVOLVIMENTO

Conforme visto na análise evolutiva histórica do conceito de empreendedorismo, o empreendedorismo social aparece associado à geração de benefícios sociais, fundamental para que os empreendedores sociais possam se estruturar por meio de entidades, receber apoio e formar uma rede de atuação no campo social (Baggentoss e Donadone, 2012). Entretanto, conforme a análise crítica do conceito (Casaqui, 2014), o empreendedorismo social tem em sua natureza o caráter concorrencial do neoliberalismo, dada à própria competição entre as causas sociais. Partindo de uma análise do contexto português, Casaqui (2014) conclui que no mercado em que se inclui o empreendedorismo social, inevitavelmente valoriza-se o grande impacto, a larga escala e a produtividade.

Segundo Santos (1997), a liderança de ascendência neoliberal não seria concentrada em elementos governamentais, assumindo cargos dessa posição economistas e políticos cuja principal preocupação, inicialmente, era influenciar a luta política e o debate político nos continentes de disseminação. Sem esse ponto de atenção, as análises sobre o empreendedorismo social inseridas nesse

⁵ Cho, A.H. 2006. "Politics, Values and Social Entrepreneurship: A Critical Appraisal." pp. 34-57 in *Social Entrepreneurship*, ed. Mair, J., J. Robinson and K. Hockerts. Basingstoke and New York: Palgrave Macmillan.



RELISE

contexto não conseguem evitar avaliações sistêmicas e generalizadas, por vezes, descontextualizadas. Assim, ao destrinchar os elementos do neoliberalismo, Dardot e Laval (2009) defendem que há um conteúdo sistêmico de inserção nesse processo, inclusive, no nível individual, afetando o modo de agir, a conduta sobre as condutas (Foucault, 2008) e tentando atingir, dessa forma, a análise a partir das múltiplas formas de poder em ação.

As políticas orientadas para o processo de desenvolvimento tiveram como pressuposto uma maior rigidez na forma de controle adotada, seguindo, assim, os pilares do gerencialismo. Sob o ponto de vista da ordem pública, entende-se por gerencialismo o modelo de gestão fundamentado na vertente gerencial a ser constituída por pilares da administração racional voltada à eficiência e otimização de recursos organizacionais (Klikauer, 2013) e que floresceu a partir dos governos característicos de ordem neoliberal (Klikauer, 2002). Ainda que seja complexa a formação de uma unidade conceitual sobre o termo (Teelken, 2012), sua definição direciona-se a um modelo ideal de época para o que se refere à teoria e prática organizacional (Shepherd, 2017), adentrando nas abordagens sobre o neoliberalismo.

Entendendo o gerencialismo o conjunto de crenças, ideias e práticas com base no pressuposto de que a adoção de mais e mais estruturas de gestão “melhores” resolverão problemas sociais e problemas econômicos (Wood Jr. & Paula, 2002), pode-se inferir que o empreendedorismo social nestes contextos de desenvolvimento tem uma associação com o desenvolvimento de países de Terceiro Mundo. Diferentemente dos processos burocráticos tradicionais, os que enfatizam os precedentes regulatórios para os procedimentos administrativos, o gerencialismo é direcionado ao alcance de resultados por meio de flexibilização de processos (Seabra, 2001).

Esses elementos em congruência permitem inferir que a ideia da gestão em países em desenvolvimento, a partir de um conjunto de fatores em harmonia,



RELISE

108

designa a execução das tarefas determinadas para a superação de crises econômicas. Em outras palavras, não é somente o ato de desenvolver atividades voltadas para o desenvolvimento, independentemente do país de origem, mas o que está inserido em uma análise sistêmica que se completa a ideia da gestão do desenvolvimento como um elemento de percepção histórica. Questiona-se, a partir de então, o quanto o empreendedorismo social como elemento indissociável dos interesses neoliberais pode combater ou acirrar o contexto de subdesenvolvimento em países de Terceiro Mundo. Sob o contexto do subdesenvolvimento, é necessário entender que há uma dimensão capilarizada entre governo e sociedade que revela múltiplas formas de exercício de poder e controle que o neoliberalismo no macro e no micro nível pode tomar e combinar. Esse questionamento vai desde a percepção crítica de Cho (2006) ao identificar o ponto “cego” do empreendedorismo social sobre a identificação do protagonismo e da “escolha” de causa. O autor propõe um questionamento sobre como o empreendedorismo social identifica suas missões, e inclui a origem do propósito se parte de uma análise individual ou de um acordo social. Desta forma, embora o empreendimento social busque o impacto social como geração de valor, a motivação, suas derivações e as estruturas pelas quais o projeto ocorre estão associadas a uma proposta maior de gestão de desenvolvimento, sobretudo em áreas carentes.

CONSIDERAÇÕES PARA PROPOSTAS FUTURAS DE PESQUISA NA ÁREA

O presente artigo ainda em processo de construção teve como principal objetivo introduzir uma reflexão crítica sobre o conceito de empreendedorismo social com um elemento inevitavelmente indissociado do contexto neoliberal, sobretudo no processo de desenvolvimento de países marginalizados que dependem, historicamente, de estruturas gerenciais direcionadas pelas influências ocidentais (Brinkerhoff e Coston, 1999; Cooke, 2004; Dar e Cooke,



RELISE

2008), seja em propostas públicas ou privadas. A proposta de pesquisa não tem a intenção de atribuir juízo de valor ou sobre a efetividade de propostas de empreendimentos sociais, muito menos cercear o intuito destas propostas de empreendimentos sociais ao comparar o conceito com a ideia de empreendedorismo historicamente desenvolvido. O trabalho teve como intuito apresentar uma visão crítica sobre a dificuldade de contribuir com o desenvolvimento de estruturas sociais em países subdesenvolvidos a partir de intenções genuinamente no propósito de diminuir a desigualdade social e econômica, consequência adjacente às condições neoliberais e da gestão do desenvolvimento tradicional.

Sugere-se, a partir destes esclarecimentos, o aprofundamento destas questões para o desenvolvimento teórico-conceitual sobre empreendedorismo social, a fim de distinguir ações genuinamente empreendedoras de políticas para ações sociais e de desenvolvimento efetivo das estruturas de países marginalizados. Parte-se, para isso, da proposta crítica introduzida por Cho (2006) sobre o empreendedorismo social sobre sua eventual efetividade para ações públicas. Os empreendedores sociais atuam em prol da eficiência de serviços públicos a partir da identificação de suas lacunas e dificuldades, porém são questionados sobre suas ações genuinamente sociais quando privilegiam a abordagem dos sintomas em vez da resolução de causas raízes mais fundamentais, como a desigualdade social, a exclusão política e a marginalização cultural (Cho, 2006, p. 51). Desta forma, recomenda-se o estudo de casos nos quais as intenções dos empreendedores implicam na resolução dos problemas originais das dificuldades sociais de um determinado cenário, a fim de propor o refinamento do conceito de empreendedorismo social aplicado ao contexto de Estados Sociais, isto é, em propostas conscientes da adequação das estruturas gerenciais à margem do subdesenvolvimento desprendidas de práticas ocidentais de desenvolvimento econômico-social.



RELISE

110

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs) Pós Neoliberalismo – As Políticas Sociais e o Estado Democrático. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

ANDRADE, Daniel Pereira; OTA, Nilton Ken. Uma alternativa ao neoliberalismo: Entrevista com Pierre Dardot e Christian Laval. Tempo soc., São Paulo, v. 27, n. 1, p. 275-316, 2015.

AUSTIN, J. STEVENSON, H. WEI-SKILLERN, J. Social and commercial entrepreneurship: same, different, or both? Entrepreneurship: Theory and Practice Journal, da Baylor University, Estados Unidos, volume 30, número 1, páginas 1-22, janeiro de 2006.

BAGGENSTOSS, S.; DONADONE, J. C. Empreendedorismo Social: Reflexões Acerca do Papel das Organizações E Do Estado. Gestão e Sociedade, [S. l.], v. 7, n. 16, p. 112–131, 2012.

BRINKERHOFF, D; COSTON, J. International development management in a globalized world. Public Administration Review, v. 59, n. 4, p. 346-61, 1999.

CANDIOTTO, Cesar. A governamentalidade política no pensamento de Foucault. Filosofia Unisinos, Vol. 11, N.1), p. 33-43, 2010.

CARMO, L. J. O.; ASSIS, L. B. D.; GOMES JÚNIOR, A. B.; TEIXEIRA, M. B. M. O empreendedorismo como uma ideologia neoliberal. Cadernos EBAPE.BR, v. 19, n. 1, p. 18–31, mar. 2021.

CASAQUI, V. Ideologia do empreendedorismo social: representações do trabalho em tempos de crise do Estado Social português. RuMoRes, [S. l.], v. 8, n. 16, p. 19-36, 2014.

CHO, A.H. Politics, Values and Social Entrepreneurship: A Critical Appraisal. In: Social Entrepreneurship, ed. Mair, J., J. Robinson and K. Hockerts. Editora Basingstoke and New York: Palgrave Macmillan, pp. 34-57, 2006.

CLARK, P.; ROWLINSON, M. The treatment of history in organisation studies: towards an “historic turn”? Business History, London, v. 46, n. 3, p. 331-352, 2004.



RELISE

111

COOKE, Bill. The managing of the (third) World. *Organization*, Vol. 11, N. 5, p. 603 – 629, 2004.

COSTA, A. S. M.; BARROS, D. F.; MARTINS, P. E. M. Perspectiva histórica em administração: novos objetos, novos problemas, novas abordagens. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 50, n. 3, p. 288-299, 2010.

DAR, S. and COOKE, B. (eds). *The New Development Management*. London: Zed Books, 2008.

DARDOT, P; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEFOURNY, J., & NYSSSENS, M. Conceptions of Social Enterprise and Social Entrepreneurship in Europe and the United States: Convergences and Divergences. *Journal of Social Entrepreneurship*, v. 1, n. 1, pp. 32–53, 2010.

FOUCAULT, M. *O nascimento da biopolítica – Curso no Collège de France 1978-1979*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HARVEY, D. O. *Neoliberalismo: História e Implicações*. São Paulo, Edições Loyola, 2008.

HATCH, M. J.; YANOW, D. Organization theory as an interpretative science. In: TSOUKAS, H.; KNUDSEN, C. (eds.). *The Oxford Handbook of Organization Theory*. Oxford: Oxford University Press, p. 63-87, 2003.

HELMSING, A. H. J. Conditions for Social Entrepreneurship. *International Journal of SocialQuality*, v. 5, n. 1, pp. 51–66, 2015.

JACQUES, R. S. History, historiography and organization studies: The challenge and the potential. *Management & Organizational History*, Vol. 1, n. 1, p. 31–49, 2006.

KIESER, A. Why organization theory needs historical analyses: And how this should be performed. *Organization Science*, Vol. 5, N. 4, 608–620, 1994.

KIPPING, M. and ÜSDIKEN, B. “History in Organization and Management Theory: More Than Meets the Eye”, *The Academy of Management Annals*, Vol. 8 No. 1, p. 535–588, 2014.



RELISE

112

KLIKAUER T. What Is Managerialism? *Critical Sociology*, Vol 41, N. 7-8, p. 1103 – 1119, 2013.

_____. Critical theory and the world of work. *Management Research News*, Vol. 25, N. 8/10, p. 111, 2015.

LOUNSBURY, M. Collective entrepreneurship: the mobilization of college and university recycling coordinators. *Journal of Organizational Change Management*, v. 11, n.1, pp. 50–69, 1998.

MIROWSKI, P. Postmodernism and the Social Theory of Value. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 13, n. 4, pp. 565–582, 1991.

NEWTH, J., & WOODS, C. Resistance to Social Entrepreneurship: How Context Shapes Innovation. *Journal of Social Entrepreneurship*, v. 5, n. 2, pp. 192–213, 2014.

OLIVEIRA, Inara Rezende et al . Empreendedorismo social, pós-modernidade e psicologia: compreendendo conceitos, atuações e contextos. *Gerais, Rev. Interinst. Psicol., Juiz de fora*, v. 9, n. 2, p. 290-311, dez. 2016 .

PAULA, Ana Paula Paes de. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. *Rev. adm. empres. São Paulo* , v. 45, n. 1, p. 36-49, 2005 .

REIS, T. Unleashing the new resources and entrepreneurship for the common good: A scan, synthesis and scenario for action. Battle Creek, MI. Editora W.K. Kellogg Foundation, 1999.

ROWLINSON, M. Management & Organizational History: the continuing historic turn, *Management & Organizational History*, Vol. 8 No. 4, p. 327–328, 2013.

_____; HASSARD, J.; DECKER, S. Research strategies for organizational history: a dialogue between historical theory and organization theory. *Academy of Management Review*, Briarcliff Manor, v. 39, n. 3, p. 250-274, 2014.

SANDRONI, Paulo (Org.). *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 2002.



RELISE

113

SEABRA, S. N.A nova administração pública e mudanças organizacionais. *Revista de Administração Pública*, v. 35, n. 4, p. 19-43, 2001.

UCHÔA DE OLIVEIRA, Flávia Manuella. Somos todos empreendedores? A demanda empreendedora como dispositivo de governo neoliberal. 2020. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, University of São Paulo, São Paulo, 2020.

ÜSDIKEM, B; KIESER, A. Introduction: history in organisation studies. *Business History*, Vol. 46, n. 3, p. 321-330, 2004.

VERGA, E.; SOARES DA SILVA, L. F. Empreendedorismo: evolução histórica, definições e abordagens. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, v. 3, n. 3, p. 3-30, 2014

VERGARA, S. C.; PECI, A. Escolhas metodológicas em estudos organizacionais. *Organizações & Sociedade*, v. 10, n. 27, p. 13-26, 2003.

WENNEKERS, S., UHLANER, L. M., THURIK, R. Entrepreneurship and its conditions: A macro perspective. *International Journal of Entrepreneurship Education*, v. 1, n. 1, pp. 25–65, 2002.

WOOD JR., T.; PAULA, A. P. P. Pop-management: contos de paixão, lucro e poder. *Organizações & Sociedade*, v. 9, n. 24, p. 39-51, 2002.